

AS BIBLIOTECAS: ENTIDADES PROMOTORAS E REPOSITÓRIOS DO CONHECIMENTO E DA CULTURA

Maria Margarida Carvalho¹⁰⁰

A história das bibliotecas é, do ponto de vista da história das instituições, sincrónica do curso temporal da narrativa da humanidade. Emergindo com a invenção da escrita, e constituindo-se como entidades materiais responsáveis pela preservação do conhecimento documentado e pela geração e reprodução da cultura da sociedade da escrita, as bibliotecas, ao longo dos tempos e nos mais variados contextos civilizacionais, têm desempenhado uma função instrumental determinante quer na educação social quer na evolução material e espiritual das comunidades humanas.

Há cinco mil anos, os Sumérios revolucionaram a comunicação e o modo de gerar conhecimento mediante a invenção de um sistema, reprodutor da articulação sonora da linguagem humana, constituído por um conjunto limitado e codificado de sinais gráficos. A primeira biblioteca da humanidade foi, em consequência, edificada como espaço organizado de guarda e conservação de documentos de diversa natureza – comercial, jurídica, literária religiosa – que testemunham a actividade de uma sofisticada e complexa ordem social, mental e espiritual. A primeira biblioteca constituiu-se assim como um espaço funcionalmente necessário à estruturação e à edificação da vida colectiva civilizada, bem como um suporte material imprescindível à conservação e difusão da cultura e do conhecimento.

337

No decurso do tempo, as bibliotecas ocuparam um papel insubstituível na preservação da memória dos mais diversos sucessos e realizações da humanidade. Elas contribuíram para o estabelecimento de um efectivo diálogo planetário entre as mais discretas manifestações culturais, e, nessa medida estiveram na origem da criação de uma visão cosmopolita do saber. A sua originária vocação memorial e enciclopédica, a sua funcionalidade associada à evolução e criatividade da inteligência humana, a sua representatividade institucional enquanto lugar de conhecimento e de formação intelectual, são atributos que têm permanecido constantes na configuração da ideia de biblioteca.

Quer na sua qualidade de edifício material, especialmente identificável, quer pela sua função de prestadora de serviços no eixo do tempo como entreposto de acolhimento e de acesso à memória documentada, a instituição-biblioteca está obviamente determinada pelas categorias do espaço e do tempo. Porém, se tomarmos o significado da palavra

¹⁰⁰ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)

na sua acepção de colecção de todo o conhecimento possível, como sinónimo de enciclopédia, a ideia de biblioteca, de uma forma quase paradoxal, parece transcender o espaço e o tempo, dado que a sabedoria do passado, a aprendizagem do presente, as esperanças e os receios do futuro, registados na escrita do mundo – tendo justamente como suporte material e simbólico as qualidades e as funções que estão cometidas a esta instituição – são activadas de uma forma contínua e persistente. Talvez devido à distinção e ilustração dessas qualidades e dessas funções, as bibliotecas foram, e por vezes ainda o são, veneradas como instituições representativas da memória da humanidade, enquanto veículos indutores da aprendizagem e do crescimento individual e colectivo. Porém, no decurso do tempo, e em paralelo com as mudanças estruturais verificadas nas sociedades, a instituição-biblioteca não deixou naturalmente de evoluir e de se transformar organicamente. Essa evolução caracteriza-se por se processar segundo um duplo movimento. Se, por um lado, a funcionalidade multissecular da biblioteca se tem definido pela sua capacidade em se adequar a novos formatos e a novas especializações do saber, por outro ela demonstra que ocupa um papel activo e catalisador na geração de novas abordagens e formulações perscrutadoras da compreensão do dado real.

338

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) condicionaram a ocorrência de mudanças dramáticas nos processos e nos circuitos de acesso à informação. Induzida pelos próprios meios tecnológicos, e como que a confirmar a célebre afirmação de Marshall MacLhuan de que a "mensagem é o meio", a quantidade e a variedade de informação disponível não pára de crescer numa proporção geométrica. Mas será que esse crescimento exponencial da informação é, por si só, uma demonstração de conhecimento qualificado? Será que os cidadãos contemporâneos são psicossomaticamente mais destros do que os seus antepassados ou dispõem de mais tempo para poderem assimilar tão oceânica oferta de fontes informativas? Será que existe alguma correspondência entre a quantidade da oferta informativa e o processo de formação intelectual e cívico dos cidadãos? Será que tal oferta facilita a criação de uma consciência de cidadania mais crítica, esclarecida e ecléctica?

Na realidade, o que actualmente se começa a constatar é que mais informação não gera necessariamente mais conhecimento e mais comunicação no sentido em que por comunicação se designa um processo dialógico fundado na permuta de mensagens devidamente assimiladas pelos interlocutores. Vale a pena, portanto, sublinhar esta distinção entre os conceitos de informação, conhecimento e comunicação para se compreender o papel instrumental que as bibliotecas, particularmente as digitais, podem desempenhar na criação e reprodução do saber.

Operar de maneira a oferecer as condições logísticas e criteriosas para o estabelecimento de uma cultura de conhecimento e de comunicação entre o leitor e as fontes documentais que este consulta e estuda, e não propriamente servir como uma central de consumo de uma torrente inesgotável de informações heteróclitas acumuladas sem critério de organização e hierarquização qualitativa dos seus conteúdos, parece-nos ser uma das funções sócio-culturais que as bibliotecas devem a todo o custo preservar. De facto, o seu estatuto enquanto instituição de conhecimento continua a validar-se pelo alcance da sua influência no campo educacional e da formação intelectual e cívica dos cidadãos. Ora, na actual sociedade de conhecimento, a educação e a formação, para que sejam efectivamente eficazes, sem abdicar dos métodos que visam a cultura regida pelo conceito – insuperável nos seus pressupostos e nos seus fins – de comunicação, terão necessariamente de se processar com o suporte dos novos meios tecnológicos que facilitam o acesso à informação. É nesta perspectiva que as bibliotecas públicas continuam a afirmar-se como um agente imprescindível na execução da política educacional de um País.

O seu lugar é, portanto, crucial no fomento de uma cultura de conhecimento e comunicação que, de modo criteriosamente organizado, não só assegure a liberdade de recolha e processamento crítico da informação por parte dos cidadãos, mas também garanta a universal difusão do saber multidisciplinar. Esta missão cometida à biblioteca de prosseguir o objectivo quase utópico de contribuir para a máxima ilustração possível da comunidade humana é na actualidade aferida, por um lado, pela política de facultar livremente aos cidadãos o acesso eficaz, e mediado por sofisticados – embora de uso simples – meios tecnológicos, às fontes de informação e, por outro, de garantir que esse acesso tenha por objecto o acervo à sua guarda, isto é, tenha por objecto o trabalho biblioteconómico de organização e conservação dos bens simbólicos – dos documentos, dos livros – que testemunham o conhecimento acumulado e que configuram a memória colectiva.

Para além desta multiplicidade de funções, as bibliotecas também têm exercido uma função sócio-cultural, por vezes pouco realçada e conhecida, como instituições de referência cultural que executam o restauro de documentos antigos, que procedem à edição de livros raros, que promovem – pelo labor concertado de bibliotecários e investigadores – iniciativas várias como conferências temáticas, exposições bibliográficas, edições de catálogos, de inventários bibliográficos –, que magnetizam a formação de grupos, clubes e tertúlias de reflexão.

A problemática da leitura e da sua relação com a vocação institucional do espaço multifuncional da biblioteca pública coloca questões de premente actualidade sobre as quais gostaríamos de reflectir.

Com base nas conclusões do último relatório da OCDE avaliador do desempenho de uma amostra de alunos representativa dos sistemas educativos dos 40 estados membros daquela organização, o jornalista Rodrigues da Silva publicou recentemente no JL um artigo em que afirma a dado passo que o sistema educativo português pós-25 de Abril enferma de uma "*espécie de patologia endémica*". Essa afirmação acompanhava a divulgação das conclusões do referido relatório que colocava o desempenho dos estudantes portugueses nas disciplinas de língua materna, matemática e ciências naturais, respectivamente, em 28º, 30º e 32º, isto é, na categoria dos menos proficientes. Referia também que esses maus resultados punham sobretudo em evidência uma dificuldade generalizada no uso da informação escrita. Concluía que a deficiente capacidade de leitura como meio de aquisição de conhecimentos condicionava e estava na origem da fraca prestação dos estudantes portugueses (J.L., 22 Dezembro de 2004 – 4 de Janeiro de 2005, p. 9).

340 Infelizmente estes resultados não são inéditos, nem reveladores dum epifenómeno circunstancial, traduzindo, antes, uma "*situação de crise permanente, raramente combatida*" (Barreto Nunes, 1987). Tomando como objectivo e fundamentado o diagnóstico enunciado nestas palavras de Barreto Nunes no seu artigo *As bibliotecas e o apelo à leitura* (1994), parece poder concluir-se que o problema da leitura deficiente ou da chamada iliteracia tem causas estruturais que radicam não apenas num funcionamento deficitário do sistema educativo português, que não tem conseguido promover uma cultura de exigência e de qualidade, mas também, muito provavelmente, na inexistência de uma rede consolidada de bibliotecas de leitura pública.

De acordo com a UNESCO, as bibliotecas públicas devem ser consideradas como instituições democráticas de cultura e de informação ao serviço da educação universal e devem-se caracterizar por oferecerem um acesso livre e gratuito dos cidadãos à informação, sem qualquer tipo de uso de formas de controlo censório. Para que esta filosofia possa ser de facto aplicada à realidade, as bibliotecas deverão funcionar numa lógica de serviço à comunidade, disponibilizando os seus recursos, indo ao encontro das necessidades dos seus usuários, promovendo hábitos de leitura e estimulando nos leitores o culto por um pensamento livre, crítico e activo. Neste sentido, não se pode abordar a problemática da leitura nem da avaliação da sua importância para o desenvolvimento sócio-cultural, científico e tecnológico de um País se se excluir a reflexão do contributo que para esse efeito é dado pelas bibliotecas.

Na realidade, qualquer estratégia de desenvolvimento sustentado de um país – económico, social e cultural – assenta no reforço da educação dos seus recursos humanos e deverá necessariamente contar para esse fim com os múltiplos serviços prestados à comunidade pelas bibliotecas

públicas. Nesta medida, e regressando ao caso português, é preciso considerar que o esforço público empreendido, desde 1987, nomeadamente através de contratos programas estabelecidos entre autarquias, IPLB, BAD e MC de dotar o país de uma rede nacional de bibliotecas, deverá ser continuado e reforçado de maneira a garantir a execução da filosofia do programa que tem a promoção da leitura, a generalização da literacia e a elevação da educação geral como seus principais objectivos.

Este investimento público denota, obviamente, uma preocupação e uma atitude esclarecida dos responsáveis políticos em adoptarem medidas visando o aumento dos níveis médios de literacia e de contrariar o défice da leitura e dos seus efeitos nocivos para o desenvolvimento do País. Tomar medidas estruturantes que visem alterar a situação nacional portuguesa que apresenta dos mais baixos índices de leitura da União Europeia é, mais do que um mérito político, um imperativo cívico. No entanto, não se pode ignorar que tais medidas que têm como horizonte reduzir a iliteracia e promover o hábito da leitura só podem produzir os seus efeitos a médio e longo prazo e que, mesmo assim, muito provavelmente, não se processarão de modo uniforme à escala geral de todo o país, dadas as assimetrias de desenvolvimento que o caracterizam.

A par da criação da rede de bibliotecas públicas, outras medidas de carácter mais cirúrgico, digamos assim, terão de ser adoptadas com vista à aquisição de capacidades de leitura formadora e de hábitos de leitura crítica, como por exemplo, as destinadas ao desenvolvimento de tais capacidades nas camadas mais jovens da população. Mas, por maior que seja a pertinência instrumental e por maior que seja o enquadramento institucional das decisões políticas nesta área de promoção da leitura, elas só podem produzir resultados eficazes se forem complementadas, modeladas e executadas com iniciativas para as quais se deverão convocar as capacidades e as competências profissionais de todos os actores sociais envolvidos no processo educativo – famílias, professores, agentes culturais, bibliotecários.

Para superar a tal situação de "patologia endémica" do sistema de ensino português concomitante da "situação de crise permanente" da leitura como meio de aquisição de conhecimento ou da leitura criticamente informada, para contrariar ou minorar os efeitos negativos do predomínio saturante do audiovisual, há que concertar sinergias, há que articular competências e buscar soluções criativas que contem com a participação das bibliotecas e com empenho dos bibliotecários.

Como poderá então o espaço biblioteca cooperar no sentido de melhorar e incentivar o gosto pela leitura?

É inquestionável que é no período da infância que, mercê do uso de metodologias fiáveis e empiricamente testadas, se desenvolvem mais rapidamente as faculdades cognitivas associadas à codificação e

descodificação verbal da realidade e do mundo. Por isso, nas teorias sobre a aquisição das competências de leitura na infância, os psicolinguistas colocam um grande enfoque nas operações mentais que a criança activa nos procedimentos de comunicação verbal escrita, não deixando, porém, de considerar os meios e os estímulos que podem induzir à vontade e ao gosto de ler. Mas este processo da aquisição e desenvolvimento da capacidade de ler não é apenas cognitivo e envolve a participação de vários agentes sociais. É esta dimensão social do problema da aquisição e desenvolvimento das capacidades de leitura que importa aqui destacar. Consideremos então a interacção que se deve estabelecer entre os vários agentes:

1. **O ambiente familiar** (com esta expressão não designamos os pais como os únicos responsáveis pela educação em geral e pela promoção da literacia em particular, mas alargamos o seu significado a outros membros da família, irmãos e parentes mais próximos, como os avós, que habitualmente convivem com as crianças e os jovens)
2. **A Escola**
3. **A Biblioteca**

342

Estas três instâncias podem em conjunto cooperar estrategicamente em prol da aquisição da capacidade de leitura e do aumento geral da literacia, consolidando práticas e intercruzando projectos estratégicos.

1. Assim, a aquisição de hábitos leitura em ambiente familiar poderá ser prosseguida mediante práticas complementares ou auxiliares de contextualização das operações de descodificação de textos escritos, como o visionamento quer de representações teatrais adequadas aos diferentes estratos etários quer de adaptações cinematográficas de livros infantis e juvenis, mas também através de deslocações a espaços culturais vocacionados para a exibição de outras formas de comunicação – museus, galerias salas de concertos – e, sobretudo, através da prática da leitura oral de todo o tipo de textos literários. Este tipo de práticas em ambiente familiar certamente contribuirá para se obterem resultados consideráveis no desenvolvimento da competência infantil e juvenil da leitura. Consideramos, assim, que a **função pedagógica e cultural exercida pela família pode revelar-se determinante na criação de futuros leitores.**
2. Quanto ao item da **socialização literária em contexto escolar**, é óbvia a sua importância. A escola é o espaço institucional de aquisição de competências, de transmissão e reprodução de

conhecimentos considerados elementares e estruturantes para a formação intelectual e cívica do futuro cidadão. As crianças que, em ambiente escolar, participam em processos de estimulação intelectual configurados pela prática continuada, mas devidamente ajustada e controlada, da leitura revelam, de acordo com Kraaykamp (2003), uma maior capacidade para adquirirem um maior número de competências, para desenvolverem o sentido da curiosidade pelo saber e para participarem criticamente na sua assimilação. Mas a escola, para cumprir cabalmente os seus objectivos educativos, em particular, no campo da leitura, terá também de promover iniciativas similares às referidas para o âmbito da organização familiar, mas obviamente conduzidas no seu contexto de forma articulada com os conteúdos dos programas disciplinares ou mesmo com actividades extra-curriculares (a chamada área escola). Por fim, parece-nos que a escola deve integrar como um dos seus objectivos programáticos o de iniciar a população estudantil no convívio activo com o espaço da consulta documental e da leitura silenciosa, para tanto criando bibliotecas devidamente organizadas e geridas por docentes disponíveis para se especializarem no conhecimento de práticas biblioteconómicas.

3. Finalmente as bibliotecas públicas como terceiro vértice desta tríadica articulação entre instituições visando a expansão da literacia. Referimos acima que uma das funções da biblioteca pública está justamente associada à promoção da leitura, ao proporcionar aos seus cidadãos os meios necessários para estes se tornarem leitores autónomos e, se possível, familiarizados com a atitude crítica e investigadora. Do ponto de vista material, as bibliotecas oferecem assim as condições logísticas para promoverem estas competências de leitura mais ou menos especializada, disponibilizando o seu espaço, o seu mobiliário, as suas colecções, e os seus serviços/actividades. Os serviços que são oferecidos aos leitores, tais como o acesso às obras de referências e aos periódicos, a consulta directa à estante, às bases de informação *on-line*, o empréstimo inter - bibliotecas, o empréstimo domiciliário, as pesquisas personalizadas, cumprem formalmente a missão das bibliotecas. Mas para contribuir de forma criativa para o desenvolvimento da socialização da leitura e para procurar inverter a situação do nosso País detur dos índices mais baixos de leitura, no conjunto dos países da União Europeia, é necessário ir para além do desempenho formal dessas funções. Referimo-nos a actividades que podem ser organizadas autonomamente ou em parceria com outras instituições culturais.

Incitar o cidadão a ler no seu espaço público, oferecendo-lhe desde logo boas e convidativas condições materiais para a sua frequência em horários distendidos para além dos horários oficiais do comércio e das instituições públicas, proporcionando-lhe a participação em actividades de animação cultural, como encontros organizados com escritores e estudiosos, fazer o lançamento público de livros, organizar exposições bibliográficas, temáticas, instituir com uma certa periodicidade actividades lúdicas para o público mais jovem, nomeadamente através da dramatização de narrativas, feita de preferência com pessoal especializado, actores ou contadores de histórias, desenvolver projectos com as escolas, etc.

Desejaríamos sublinhar a ideia de que, independentemente do apelo a estas estratégias de animação para incentivar o gosto pela leitura, a biblioteca, enquanto entidade representativa da cultura do livro não poderá abdicar jamais da sua vocação central que é, justamente, a de reproduzir o sentido dessa cultura, com o que de próprio e irrevogável ela comporta.

Bibliografia

FURTADO, José Afonso (2004): *Do impresso ao digital: continuidades e transformações*. In *Românica*, n.º 13, pp. 23-42.

FURTADO, José Afonso (2005): «Podem os livros mudar o mundo?». In *Público: Mil Folhas*. 12 de Setembro, pp. 12-13.

FURTADO, José Afonso (2000): *Os livros e as leituras: novas ecologias da informação*. Lisboa: Livros e leituras.

GARCÍA SOBRINO, Javier (org.) – *A criança e o livro: a aventura de ler*. Porto: Porto Editora, 2000.

GOMES, José António (2000): *Da nascente à voz: contributos para uma pedagogia da leitura*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

KRAAYCAMP, Gerbert (2003): *Literary socialization and reading preferences. Effects of parents, the library, and the school*. In *Poetics*, 3, pp. 235-257.

MALPIQUE, Cruz (1962): *Introdução sentimental às bibliotecas*. Porto: Livraria Ofir.

345

NUNES, Henrique Barreto (1998): «As Bibliotecas e o apelo à leitura». In *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. Braga: AB, pp. 143-147.

NUNES, Henrique Barreto (1998): «Bibliotecas públicas em Portugal (1986-1989)». In *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. Braga: AB, pp. 81-105.

NUNES, Henrique Barreto (1998): «Livros, crianças, escolas, bibliotecas e o mais que adiante se verá». In *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. 2.ª ed. Braga: AB, pp. 161-169.

PIRES, Cláudia Guiomar Casaca (2003): «As bibliotecas de leitura pública: problemas e perspectivas». In *Cadernos BAD*. Lisboa, pp. 117-126.

SILVA, Rodrigues da (2004): «Portugal entre os piores». In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 893, ano 24, 22 Dezembro – 4 de Janeiro de 2005. p. 9.